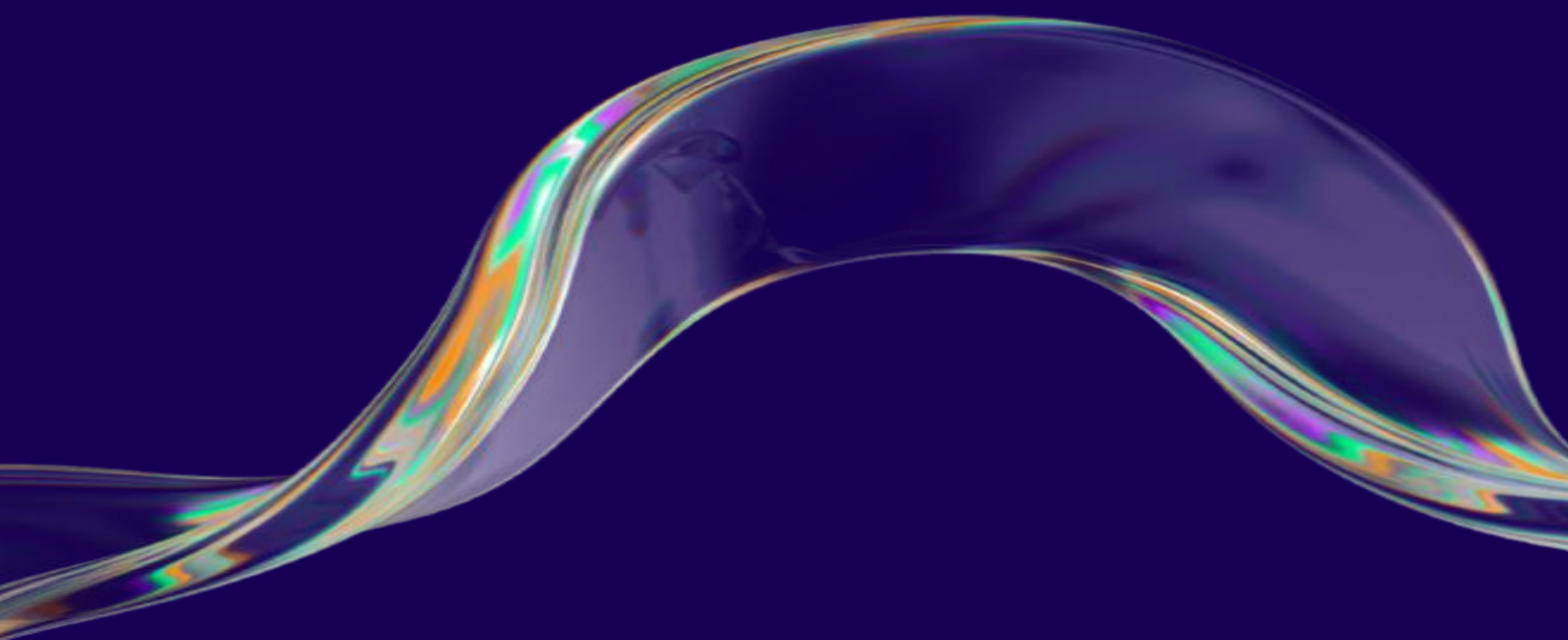


**Ventos de Santa Albertina
Energias Renováveis S.A.**



**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025 e
relatório dos auditores
independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na



Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.




Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de abril de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balço patrimonial	6
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	11
5	Receita	11
6	Custos e despesas	12
7	Resultado financeiro líquido	12
8	Caixa e equivalentes de caixa	13
9	Aplicaões financeiras	13
10	Fundo de liquidez – conta reserva	13
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros	14
12	Contas a receber de clientes	14
13	Imobilizado	15
14	Intangível	17
15	Financiamentos	18
16	Provisão de ressarcimento	19
17	Provisões para litígios	20
18	Obrigaões socioambientais e de desmobilizaão de ativos	21
19	Partes relacionadas	22
20	Imposto de renda e contribuiao social	23
21	Patrimônio líquido	24
22	Instrumentos financeiros e gestao de risco	25

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita líquida	5	35.504	31.789
Custo com energia elétrica	6	(2.384)	(2.469)
Custo com operação	6	(16.564)	(15.710)
Lucro bruto		16.556	13.610
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	6	(2.310)	(2.343)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	6	(5)
		(2.304)	(2.348)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		14.252	11.262
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		6.923	4.330
Despesas financeiras		(8.517)	(7.831)
		(1.594)	(3.501)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.658	7.761
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	20	(3.510)	(2.497)
Lucro líquido do exercício		9.148	5.264

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.148	5.264
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	9.148	5.264

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.658	7.761
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias		7.465	6.872
Depreciação e amortização	6	8.276	8.296
Baixa de imobilizado		-	2
Provisão (reversão) de ressarcimento	5	2.746	5.310
Atualização monetária sobre ressarcimento	16 (c)	417	89
Apropriação de custos de captações	7	176	176
Rendimentos sobre fundo de reserva		(961)	(547)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	356	384
Ajuste a valor presente dos arrendamentos		2	(3)
Reversão de obrigações socioambientais		-	(534)
		<u>31.135</u>	<u>27.806</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		485	222
Tributos a recuperar		4	110
Partes relacionadas		-	590
Demais créditos e outros ativos		330	(284)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(508)	1.032
Tributos a recolher		(2.163)	(793)
Pagamento de ressarcimento	16 (c)	(5.382)	-
Partes relacionadas		(687)	1.413
Demais obrigações e outros passivos		22	67
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		<u>23.235</u>	<u>30.163</u>
Juros pagos sobre financiamentos	15 (c)	(5.704)	(6.269)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.280)	(1.832)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>16.251</u>	<u>22.062</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(4.661)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		3.020	(3.160)
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.453)	(581)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(3.094)</u>	<u>(3.741)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de financiamentos	15 (c)	(8.021)	(7.891)
Liquidação de arrendamentos		(41)	(51)
Pagamento de dividendos		(15.491)	(1.440)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(23.553)</u>	<u>(9.382)</u>
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		<u>(10.396)</u>	<u>8.939</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>38.551</u>	<u>29.612</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>28.155</u>	<u>38.551</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.155	38.551
Aplicações financeiras	9	4.679	-
Contas a receber de clientes	12	4.225	4.710
Tributos a recuperar		30	34
Outros ativos		171	500
		37.260	43.795
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	6.887	8.946
		6.887	8.946
Imobilizado			
Intangível	13	108.658	116.786
	14	4.653	4.848
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		4	41
		113.315	121.675
Total do ativo		157.462	174.416
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	15	8.193	7.998
Fornecedores		1.250	1.489
Arrendamentos		5	44
Tributos a recolher		566	499
Partes relacionadas	19	842	1.405
Dividendos a pagar	19	2.173	1.252
Provisão de ressarcimento	16	2.571	6.367
Outros passivos		541	517
		16.141	19.571
Não circulante			
Financiamentos	15	59.656	65.917
Tributos a recolher		848	848
Partes relacionadas	19	-	124
Obrigações com desmobilização de ativos	18	2.684	4.134
Provisão de ressarcimento	16	13.006	11.429
		76.194	82.452
Total do passivo		92.335	102.023
Patrimônio líquido			
Capital social	21	52.628	52.628
Reservas de lucros		12.499	19.765
Total do patrimônio líquido		65.127	72.393
Total do passivo e patrimônio líquido		157.462	174.416

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucros				Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva de investimentos	Reserva Legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2024		52.628	-	1.512	14.241	-	68.381
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.264	5.264
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	5.264	5.264
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	4.319	-	(4.319)	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	263	-	(263)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.252)	(1.252)
Retenção de lucros		-	-	-	3.749	(3.749)	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	4.319	263	(570)	(5.264)	(1.252)
Em 31 de dezembro de 2024		52.628	4.319	1.775	13.671	-	72.393
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.148	9.148
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	9.148	9.148
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva estatutária de investimento	21(c)	-	6.518	-	-	(6.518)	-
Constituição de reserva legal	21(c)	-	-	457	-	(457)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21(c)	-	-	-	-	(2.173)	(2.173)
Distribuição de dividendos intermediários		-	(4.319)	-	(9.922)	-	(14.241)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	2.199	457	(9.922)	(9.148)	(16.414)
Em 31 de dezembro de 2025		52.628	6.518	2.232	3.749	-	65.127

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede em Curral Novo do Piauí estado do Piauí, tem como objetivo a geração e comercialização da energia produzida pela central geradora eólica denominada EOL Ventos de Santa Albertina, bem como sua exploração e manutenção. A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Piauí, pelo prazo de 35 anos contados a partir de março de 2016.

A Companhia é controlada direta da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Ventos de São Vicente") e indireta da Auren Energia S.A. ("Auren") e possui participação societária preferencial detida pela Citrosuco S/A Agroindústria ("Citrosuco").

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (“IFRIC *Interpretations*”) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (“SIC *Interpretations*”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 06 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

2.4 Operação em conjunto (*joint operation*) incluída nas demonstrações financeiras

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos

seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Companhia possui participação de 14,28% na empresa Consórcio Ventos do Piauí (“Consórcio”), havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.; v) Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. e vi) Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia em 2025

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis não adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma Tributária Brasileira

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Imobilizado
14	Intangível
16	Provisão de ressarcimento
17	Provisões para litígios
18	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Leilão de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões de energia nova (“LEN”).

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades

entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Energia Nova (LEN)		33.037	32.185
Partes relacionadas	19	6.178	5.768
Provisão de ressarcimento	16(c)	(2.746)	(5.311)
Energia de curto prazo – CCEE		15	35
		<u>36.484</u>	<u>32.677</u>
Outras receitas			
Venda crédito de carbono - partes relacionadas	19	347	391
		<u>36.831</u>	<u>33.068</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.207)	(1.151)
ICMS sobre receitas operacionais		(4)	(9)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(116)	(119)
		<u>(1.327)</u>	<u>(1.279)</u>
Receita líquida		<u>35.504</u>	<u>31.789</u>

6 Custos e despesas

				2025	2024	
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(860)	-	-	-	(860)	(1.144)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.524)	-	-	-	(1.524)	(1.325)
Depreciação e amortização	-	(8.165)	(111)	-	(8.276)	(8.296)
Pessoal	-	(57)	(1.376)	-	(1.433)	(1.324)
Pessoal	-	(57)	(1.376)	-	(1.433)	(1.324)
Materiais	-	(137)	(69)	-	(206)	(82)
Materiais	-	(137)	(69)	-	(206)	(82)
Serviços	-	(7.064)	(651)	-	(7.715)	(7.165)
Serviços de operação e manutenção	-	(6.046)	-	-	(6.046)	(5.992)
Serviços de terceiros	-	(805)	(538)	-	(1.343)	(709)
Serviços de manutenção e conservação	-	(213)	(113)	-	(326)	(464)
Outros	-	(1.141)	(103)	-	(1.244)	(1.186)
Aluguéis e arrendamentos	-	(570)	(49)	-	(619)	(646)
Seguros	-	(318)	(4)	-	(322)	(443)
Impostos, taxas e contribuições	-	(53)	(22)	-	(75)	(76)
Despesas Comerciais e Marketing	-	-	-	-	-	(10)
Outros custos e despesas líquidas	-	(200)	(28)	-	(228)	(11)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	6	6	(5)
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	6	6	(5)
	<u>(2.384)</u>	<u>(16.564)</u>	<u>(2.310)</u>	<u>6</u>	<u>(21.252)</u>	<u>(20.527)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		6.146	4.158
Juros sobre ativos financeiros		-	10
Realização da atualização monetária do ressarcimento		775	-
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	16 (c)	2	162
		<u>6.923</u>	<u>4.330</u>
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	15 (c)	(5.693)	(6.225)
Atualização monetária sobre financiamentos	15 (c)	(1.790)	(647)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	16 (c)	(419)	(250)
Apropriação dos custos de captações	15 (c)	(176)	(176)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	18	(356)	(384)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		(2)	(7)
Outras despesas financeiras		(81)	(142)
		<u>(8.517)</u>	<u>(7.831)</u>
		<u>(1.594)</u>	<u>(3.501)</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os CDBs e Operações Compromissadas possuem taxa de remuneração média de 100,18% do CDI (94,80% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Caixa		
Caixa e bancos	1.085	945
	<u>1.085</u>	<u>945</u>
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	26.784	36.699
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	286	907
	<u>27.070</u>	<u>37.606</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>28.155</u>	<u>38.551</u>

(i) As quotas de fundo de investimento pertencem majoritariamente ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 99,69% do CDI (94,80% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	161	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	4.518	-
	<u>4.679</u>	<u>-</u>

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na

definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 99,37% do CDI (93,28% em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Circulante	-	-
Não circulante	6.887	8.946
	6.887	8.946

(i) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	2025	2024	<i>Rating local</i>
AAA	39.721	47.497	
	39.721	47.497	

Os *ratings* decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de *rating* (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura por elas.

12 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”).

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2025	2024
Leilão de Energia Nova (LEN)	3.789	3.697
Partes relacionadas (Nota 19)	436	1.013
	4.225	4.710

(b) **Vencimentos de contas a receber**

	2025	2024
A vencer	4.225	4.710
	4.225	4.710

13 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 18 – Obrigações com desmobilizado de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício									
Custo	159.115	5.693	6.910	1.725	26	347	305	174.121	173.970
Depreciação acumulada	(53.174)	(1.609)	(1.683)	(549)	(8)	(312)	-	(57.335)	(49.281)
Saldo líquido no início do exercício	105.941	4.084	5.227	1.176	18	35	305	116.786	124.689
Adições	-	-	-	-	-	-	1.722	1.722	153
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Depreciação	(7.523)	(255)	(238)	(21)	(2)	(5)	-	(8.044)	(8.054)
Remensurações (i)	-	-	-	(1.806)	-	-	-	(1.806)	-
Transferências	(651)	254	-	651	-	2	(256)	-	-
Saldo no final do exercício	97.767	4.083	4.989	-	16	32	1.771	108.658	116.786
Custo	158.464	5.947	6.910	570	26	349	1.771	174.037	174.121
Depreciação acumulada	(60.697)	(1.864)	(1.921)	(570)	(10)	(317)	-	(65.379)	(57.335)
Saldo líquido no final do exercício	97.767	4.083	4.989	-	16	32	1.771	108.658	116.786
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0%	5,0%	3,0%	3,0%	6,0%	14,0%			

- (i) Em 30 de setembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou na redução do provisionado no passivo de R\$ 1.806 (Nota 18), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.

14 Intangível

Política contábil

Direitos de exploração de recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do período de autorização.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos *softwares* são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

(a) Composição e movimentação

	Custo de servidão	Softwares	Direitos de exploração e de recursos naturais	Intangível em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício (i)						
Custo	18	26	6.390	54	6.488	6.434
Amortização acumulada	(4)	(23)	(1.613)	-	(1.640)	(1.452)
Saldo líquido no início do exercício	14	3	4.777	54	4.848	4.982
Adições	-	-	-	-	-	54
Amortização	(1)	(12)	(182)	-	(195)	(188)
Remensurações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	54	-	(54)	-	-
Saldo no final do exercício	13	45	4.595	-	4.653	4.848
Custo	18	80	6.390	-	6.488	6.488
Depreciação acumulada	(5)	(35)	(1.795)	-	(1.835)	(1.640)
Saldo líquido no final do exercício	13	45	4.595	-	4.653	4.848
Taxas médias anuais de amortização - %	3,0%	3,0%	5,0%			

(i) Os saldos de custo de servidão estão classificados na nota de intangível.

15 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

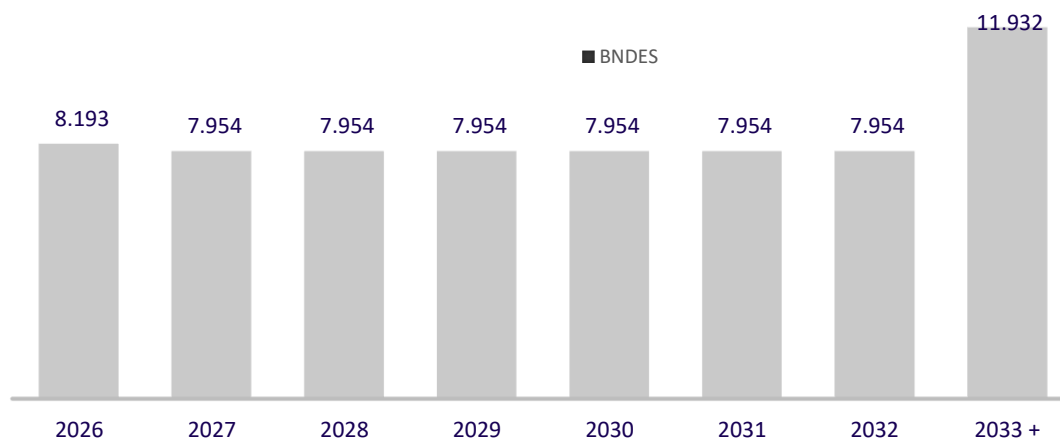
		Circulante				Não circulante				2025
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP+2,18%	8.130	(176)	239	8.193	60.974	(1.318)	59.656	67.849	57.934
		<u>8.130</u>	<u>(176)</u>	<u>239</u>	<u>8.193</u>	<u>60.974</u>	<u>(1.318)</u>	<u>59.656</u>	<u>67.849</u>	<u>57.934</u>

		Circulante				Não circulante				2024
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP+2,06%	7.931	(176)	243	7.998	67.411	(1.494)	65.917	73.915	58.476
		<u>7.931</u>	<u>(176)</u>	<u>243</u>	<u>7.998</u>	<u>67.411</u>	<u>(1.494)</u>	<u>65.917</u>	<u>73.915</u>	<u>58.476</u>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) **Movimentação**

	2025	2024
Saldo no início do exercício	73.915	81.027
Provisões de juros (Nota 7)	5.693	6.225
Atualização monetária (Nota 7)	1.790	647
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	176	176
Juros pagos (Nota 7)	(5.704)	(6.269)
Liquidações	(8.021)	(7.891)
Saldo no final do exercício	67.849	73.915

(d) **Garantias**

Modalidade	Garantias
BNDDES	Garantia Auren Energia S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) **Condições restritivas**

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

16 **Provisão de ressarcimento**

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia - ACR”. A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) **Ressarcimento anual**

Contratos de Leilão de Energia Nova (LEN): Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadriênio, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) **Ressarcimento quadriênio**

Contratos de Leilão de Energia Nova (LEN): Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos

limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadriênio para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) **Composição e movimentação**

			2025	2024
	Anual	Quadriênio	Total	Total
Saldo no início do exercício	2.692	15.104	17.796	12.397
Provisão (reversão) (Nota 5)	(255)	3.001	2.746	5.311
Pagamentos (i)	-	(5.382)	(5.382)	-
Atualização monetária (Nota 7)	134	283	417	88
Saldo no final do exercício	2.571	13.006	15.577	17.796
Circulante	2.571	-	2.571	6.367
Não Circulante	-	13.006	13.006	11.429
	2.571	13.006	15.577	17.796

(i) A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da Audiência Pública nº 034/2019 que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

A ANEEL, em 23 de março de 2021, publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a retomada da cobrança dos ressarcimentos. Porém, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, em que informa que está realizando adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e que, concluída essa etapa, apresentará ao mercado, por meio de comunicado, novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, que divulga o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, e que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 não foi concluída.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo”. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos para os eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.

17 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) **Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis**

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui apenas processos de contingências tributárias, no montante atualizado de R\$ 318 (R\$ 292 apenas processos de contingências tributárias em 31 de dezembro de 2024).

18 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) **Composição e movimentação das provisões**

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2025	2024
Saldo no início do exercício	52.142	(48.008)	4.134	4.284
Remensuração (i)	(40.740)	38.934	(1.806)	-
Reversão	-	-	-	(534)
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	356	356	384
Saldo no final do exercício	11.402	(8.718)	2.684	4.134
Não circulante	11.402	(8.718)	2.684	4.134
	11.402	(8.718)	2.684	4.134

(i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos. Os custos estimados passaram a ser atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de forma mais adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas associadas às projeções de longo prazo. O saldo do passivo foi descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem projeção futura de IPCA e sem prêmio de risco. Essa atualização resultou na redução da taxa de desconto aplicada e, conseqüentemente, no aumento do valor do passivo de desmobilização de ativos.

19 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes - Vendas (Nota 12)								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	347	391	-	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	436	1.012	-	-	6.178	5.768	-	-
	436	1.012	-	-	6.525	6.159	-	-
Fornecedores - compras								
Votorantim S.A.	-	-	14	15	-	-	(192)	(188)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(434)	(29)
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	74	123	-	-	-	-
	-	-	88	138	-	-	(626)	(217)
Repasse de custos partes relacionadas								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	98	170	-	-	(195)	(170)
Auren Energia S.A.	-	-	665	1.004	-	-	(1.122)	(1.004)
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	79	231	-	-	(190)	(231)
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	-	124	-	-	-	-
	-	-	842	1.529	-	-	(1.507)	(1.405)
Dividendos a pagar								
Citrosuco S.A. Agroindústria	-	-	1	1	-	-	-	-
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A.	-	-	2.172	1.251	-	-	-	-
	-	-	2.173	1.252	-	-	-	-
Outros débitos								
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(237)
	-	-	-	-	-	-	-	(237)
	436	1.012	3.103	2.919	6.525	6.159	(2.133)	(1.859)

(i) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

(ii) Refere-se a títulos a pagar da tarifa do uso de transmissão.

20 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL) e, para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade das mesmas conforme legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 3.510 (R\$ 2.497 em 31 de dezembro de 2024).

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais) (i) (ii)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	34.428	34.428	7.275	7.275
Total Receita Tributável	34.428	34.428	7.275	7.275
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	2.754	4.131	7.275	7.275
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	665	372	1.819	655

	2024					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	32.678	32.678	391	391	4.330	4.330
Total Receita Tributável	32.678	32.678	391	391	4.330	4.330
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	2.614	3.921	125	125	4.330	4.330
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	630	352	31	11	1.083	390

(i) Neste montante, está contemplado a parcela de realização da atualização monetária de ressarcimento.

(ii) Com a publicação da Lei nº 15.042/2024, as receitas de crédito de carbono e I-REC passaram a ser tributadas sem a aplicação de presunção de 32%, prevalecendo a receita bruta total. Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as receitas de crédito de carbono estão sendo apresentadas como “Outras receitas”.

	2025	2024
Total do IRPJ e CSLL no resultado	3.511	2.497
% de IRPJ e CSLL Sobre a receita tributável	8,42%	6,68%

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 52.628, composto por 52.628.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.148	5.264
	9.148	5.264
Reserva legal - 5%	(457)	(263)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	8.691	5.001
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	(2.173)	(1.252)
(=) Saldo de lucros acumulados	6.518	3.749
(-) Reserva de investimentos	(6.518)	(3.749)
(=) Saldo	-	-

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 2.173 (R\$ 1.252 em 31 de dezembro de 2024), reconhecido em dividendos a pagar.

22 Instrumentos financeiros e gestão de risco

22.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2025	2024
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 12)		4.225	4.710
		<u>4.225</u>	<u>4.710</u>
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	27.070	37.606
Aplicações financeiras (Nota 9)	1	4.679	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 10)	1	6.887	8.946
		<u>38.636</u>	<u>46.552</u>
		<u><u>42.861</u></u>	<u><u>51.262</u></u>
Passivos			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (ii) (Nota 15)		67.849	73.915
Arrendamentos		5	44
Fornecedores		1.250	1.489
Partes relacionadas (Nota 19)		842	1.529
		<u>69.946</u>	<u>76.977</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 15 (a).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

22.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco de não performance dos parques eólicos e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i)	13.112	24.301	21.741	31.858	91.012
Fornecedores	1.250	-	-	-	1.250
Arrendamentos (i)	5	-	-	-	5
Partes relacionadas (Nota 19)	842	-	-	-	842
	15.209	24.301	21.741	31.858	93.109
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	13.395	24.947	22.461	41.337	102.140
Fornecedores	1.489	-	-	-	1.489
Arrendamentos (i)	44	-	-	-	44
Partes relacionadas (Nota 19)	1.405	124	-	-	1.529
	16.333	25.071	22.461	41.337	105.202

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial e das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Impactos no resultado						
			Cenário I			Cenários II & III			
			Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros									
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	38.636	-72,92bps*	(282)	(1.439)	(2.878)	1.439	2.878	
TJLP 9,07%	Financiamentos (i)	69.343	11bps*	(76)	1.572	3.145	(1.572)	(3.145)	

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* *basis point*